

4 Neoliberalismo e a implementação das cotas raciais

4.1 A crise da Universidade e o negro no Brasil

A política de cota é implementada com base na constatação de iniquidades raciais no ensino superior, no qual a presença da população negra é inexpressiva.

Não pretendo desenvolver uma reflexão profunda da política educacional brasileira, pelo fato da mesma não ser o objeto desta pesquisa. Todavia, acho relevante apresentar o produto de algumas pesquisas sobre a presença negra na universidade de modo a argumentar a importância da política de cotas para a construção da identidade negra positiva.

A universidade pública brasileira, historicamente foi criada para formar as elites dirigentes do país. A presença quase absoluta das elites brancas expressa, o grau de injustiça e desigualdade racial, cuja exclusividade jamais foram questionadas pelos grupos dominantes

A atual composição étnico-racial de nossas universidades públicas é resultado do pós- abolição. Naquele período o Estado brasileiro não fez nenhum investimento para promover a população negra recém liberta. Ao contrário, investiu em uma política de branqueamento deliberada, de apoio aos imigrantes europeus empurrando compulsoriamente a população negra para os porões da sociedade. Como afirma Carvalho (2005),

Devido a essa política de branqueamento, os europeus que chegaram ao Brasil, também com baixa qualificação, em poucas décadas experimentaram uma ascensão social impressionante, enquanto os negros foram empurrados sistematicamente para as margens da sociedade

Foi uma política de longo prazo (durante todo século XX), consistente e intensa. Segundo Carvalho (2005) do total de universitários, 96% são brancos, 3% negros e 1% amarelos.

Oito anos após a implementação da política de cotas o quadro de desigualdades raciais ainda é um grande desafio a ser superado. Recentemente o

portal do governo federal informou que as políticas afirmativas adotadas pelas universidades⁴³ para ampliar o acesso da população negra no ensino superior, 123 anos após a abolição da escravidão, ainda não conseguiram reduzir o fosso entre a população negra em relação à população branca. Diz o artigo que os dados mais recentes do IBGE apontam que, entre 1997 e 2007, o acesso dos negros ao ensino superior cresceu, mas continua sendo a metade do verificado entre os brancos. “Entre os jovens brancos com mais de 16 anos, 5,6% frequentavam o ensino superior em 2007, enquanto entre os negros esse percentual era 2,8%. Em 1997, esses patamares estavam em 3% e 1%, respectivamente”. (Portal Brasil, 13 de maio de 2011).

Hasenbalg (1983), como assinalado anteriormente, informa a restrição de acesso de negros ao sistema educacional, principalmente nos graus de escolaridade mais avançados. Esse quadro, dentre outras variáveis motivou Delcele Mascarenhas Queiroz a organizar o livro *O negro na Universidade* (2002), no qual apresenta os resultados de uma pesquisa, onde desenvolveu uma análise comparativa dos questionários aplicados em cinco universidades federais brasileiras: Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, Paraná e Brasília. Apesar das diferenças regionais, geográficas e étnico-raciais o perfil previsível de exclusão se repetiu em todos os estados.

Chaves (2006) recorre à Queiroz para elaborar sua análise a cerca da presença do negro no exercício profissional da docência. Afirma a autora que a instituição universitária, supostamente democrática é, paradoxalmente, um espaço para brancos. Chaves (2006) concluiu que na agenda das pesquisas acadêmicas o tema do negro na universidade é uma área de estudo não explorada. Um achado bastante interessante na pesquisa de Queiroz, destacado por Chaves (2006), é que da população total de inscritos para o exame da Universidade Federal da Bahia, 91,3% dos aprovados responderam e devolveram o questionário inerente a sua investigação, considerando-se este universo bastante representativo. Partindo do sistema de classificação de cor empregado pelo IBGE, a pesquisadora constatou que 50,8% dos alunos que ingressaram eram brancos e 35,4% eram negros. Sobre esse resultado, Chaves (2006) alerta para a necessidade de observar esses

⁴³ Com base no levantamento realizado pela Fundação cultural Palmares (vide anexo) hoje a política de cotas para negros é uma realidade em 107 universidades públicas brasileira. Consultar o site www.palmares.gov.br/?page_id=121.

percentuais com cautela, pois não se levantou o número de jovens da população branca e negra com o segundo grau completo, ou seja, o universo de pessoas aptas para o ingresso na universidade.

Sobre os cursos de maior inserção da população negra (Queiroz *apud* Chaves, 2006) a pesquisa demonstrou uma concentração maior nos cursos de menor prestígio social: 82% de brancos na área de exatas e ciências biológicas, contra 60,4% dos negros em Letras. No que tange à motivação para a escolha (Queiroz *apud* Chaves, 2006) informa que 51,1% dos negros escolherem Letras devido a menor concorrência. Para Chaves (2006) a escolha do negro pelos cursos de menor prestígio sugere questões como a desvalorização de si mesmo, a partir da consciência de menor competência para a concorrência em função de seu status social e histórico escolar. O dado também sugere que a realização do curso permite a continuidade da vida de trabalho.

Queiroz (2000), ao estudar o acesso dos estudantes da graduação da UFBA, informa que em 56,9% dos cursos os homens são maioria, que estão situados na área de Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia. Enquanto as mulheres estão melhor representadas nos cursos nas áreas de Filosofia e Ciências Humanas; Ciências Biológicas e profissões da saúde. De todas essas áreas, os três cursos em que as mulheres estão mais bem representadas são Canto (100%); Enfermagem (93%) e Pedagogia (93%).

Os cursos onde a frequência é exclusivamente masculina são Engenharia Mecânica; Composição e Regência; Engenharia de Minas e Engenharia Elétrica, 96% e 89%, respectivamente. Dos onze cursos de alto prestígio, as mulheres são maioria em apenas três: Psicologia (78,4%), Odontologia (66,4%) e Arquitetura (60,8%).

Outro importante estudo sobre o negro na universidade foi realizado por Moema de Poli Teixeira (2000). Na ocasião, a autora buscou oferecer subsídios a cerca das questões que envolvem os alunos negros que conseguem transpor o seletivo processo de ingresso à universidade. Para Teixeira (2000), os fatores que levariam os negros a não ascender socialmente na mesma proporção que os brancos são explicados por vários vertentes:

Algumas pesquisas mostram que o tipo de escola que a população negra frequenta teria menos qualidade que a escola frequentada pelos brancos (escolas que

oferecem um sistema de ensino deficiente) [...]. Outras pesquisas, realizadas com estudantes negros demonstram que estes desenvolveram uma auto-imagem negativa de si mesmos que chegaria a comprometer o seu desempenho escolar. Outras pesquisas ainda foram realizadas no sentido de mostrar o preconceito com relação aos negros que existiria por parte dos professores, como dos colegas brancos refletidos pelos conteúdos dos textos de livros didáticos. (Teixeira, 2000. P. 49)

Segundo Teixeira (2000), poucos autores têm se dedicado a investigação dos negros em ascensão. Nos anos de 1950 a 1990, a autora aponta que Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e, por fim, Deyse Barcelos, debruçaram-se sobre essa problemática no quadro das relações raciais no Brasil, a partir de diferentes perspectivas de análise.

O estudo do perfil dos estudantes dos cursos de graduação da UFF, realizado por Teixeira (2000), teve como fonte a ficha de matrícula dos anos de 1992, 1994 e 1995. Foi elaborada uma classificação dos quatros alunos, em quatro categorias raciais e uma intermediária. Para os anos pesquisados foram consultados 8.370 fichas de onde foram excluídos os alunos do convênio (a UFF mantém convênio com países de língua português, como Moçambique e Angola). A pesquisa atingiu 65% do total de alunos que freqüentavam a universidade em 1995. Os resultados apontam para os seguintes dados:

- Mais da metade dos alunos encontra-se nos cursos da área de Ciências Humanas e Sociais. Nos quais há uma maior participação de negros, mulatos e pardos.
- Do total de alunos matriculados, 26% estão na área de Ciências Exatas e Tecnológica, onde os brancos são proporcionalmente mais representativos. Igualmente, a área de Ciências Biológicas e da Saúde, correspondendo a 80% das matrículas de alunos brancos e pouca representação de negros.

Os estudos de Delcele Queiroz (2002) e Moema de Poli Teixeira desmascaram a realidade discriminatória da universidade pública brasileira. É nesse quadro que se insere a política de cotas raciais, trazendo para cena pública a centralidade do racismo como fator produtor de desvantagens dos negros no acesso à escolarização em todos os níveis educacionais. Traz, igualmente à lume, questões muito sérias para a consolidação da democracia e da cidadania no Brasil, que diz respeito à exclusão dos negros do sistema educacional brasileiro e da

inadequação deste sistema as suas necessidades em seus vários níveis (creche, pré- escola, fundamental e médio).

Outra variável a ser aprofundada nas pesquisas sobre o negro no ensino universitário concerne à hostilidade do ambiente acadêmico. Castro (apud Delceli) aponta entraves que podem ser encontrados nas relações dentro da Universidade, denominando essa como uma “aventura intelectual prometida pelo meio acadêmico que gera insegurança, ao estar em um terreno cheio de dúvidas, opacidade e possibilidades de fracasso”. A autora considera ainda que esses fatores são bastante relevantes ao aluno negro, que já traz consigo uma trajetória prévia marcada por *rejeição, inadequação social e estranhamento territorial*.

A luta pela implantação de políticas de ação afirmativas são expressões contraditórias da história do processo de democratização do ensino superior brasileiro.

Por este motivo, acho pertinente apresentar uma primeira aproximação analítica sobre a crise da universidade, que ao meu ver a política de cotas visa pactuar.

Para Santos (2004, p. 4) a universidade está imersa em uma crise secular tridimensional:

- i) A crise de hegemonia;
- ii) A crise de legitimidade e;
- iii) A crise institucional.

A crise de hegemonia é fruto da contradição entre as funções tradicionais da universidade e as que, no século XX, lhe foram atribuídas. De um lado, às exigências do pensamento crítico, da produção da alta cultura, da ciência, lugar da *intelligencia*, e como tal, voltada para a formação das elites de que a universidade vinha se ocupando desde a Idade Média européia. De outro, a formação de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais úteis voltados ao atendimento do mercado de trabalho capitalista. Balizados por essas tensões, a crise de hegemonia se instaura quando a universidade e o Estado demonstram sua incapacidade de gerir tal contradição e vão buscar fora da instituição universitária os meios alternativos para superação. A universidade, então “*ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção da pesquisa, a universidade entrou numa crise de hegemonia*”. (Santos, op. cit, 2004, p. 9).

Decorrente da primeira, a crise de legitimidade é provocada por um duplo e contraditório movimento: primeiramente pela hierarquização dos saberes especializados e, conseqüentemente, a restrição do acesso e da credenciação de competências e, um segundo, a consolidação de novas arenas de lutas no campo social e política pela democratização da universidade, tendo em vista a igualdade de oportunidades para o acesso dos setores populares no seu corpo.

Por fim a crise institucional emergente da contradição entre a reivindicação da autonomia da universidade na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão crescente “de submeter esta última a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social” (op.cit. p. 9).

Nesse sentido, longe de resolver suas crises, a universidade busca administrá-las e geri-las temendo que as mesmas aprofundem seu desgoverno,

“recorrendo para isso à sua longa memória institucional e as ambigüidades do seu perfil administrativo. Tratava-se de uma actuação ao sabor das pressões (reactiva), com incorporação acrítica de lógicas sociais e institucionais exteriores (dependente) e sem perspectivas de médio e longo prazo (imediatista)”. (Santos, 2004, p. 9-10).

Nesse contexto contraditório, a luta pelas cotas tem sido direcionada e encampada majoritariamente pelos negros através de suas organizações sócio-políticas. Louvo o movimento docente e sua resistência contra a privatização da universidade, até por que dele faço parte e, defendo por princípio, a liberdade de organização e autonomia dos trabalhadores. Todavia, na condição de mulher negra vejo a dificuldade das direções sindicais e, grosso modo, da maioria dos docentes, de romperem com a lógica assegurada pelo mito da democracia racial e de uma compreensão crítica do racismo e seus efeitos, sobejamente aprofundados no contexto neoliberal.

As políticas públicas se opõe às mercantis. A análise de Sader (2007) sobre a política de cotas enfatiza que as mesmas são medidas políticas de caráter público, que no contexto do neoliberalismo possibilita a desmercantilização das relações sociais, na medida em que promovem direitos.

O neoliberalismo generaliza, no seu grau máximo, as relações mercantis, mediante o processo de desregulamentação. Tudo passa a estar submetido à competição, supostamente de um mercado perfeito. Como resultado ganha quem é mais forte, quem já está por cima,

quem tem vantagens acumuladas. Reproduzem-se assim, da forma mais mecânica possível, as relações existentes. Ou pior, acentuam-se as concentrações de poder, da riqueza, do direito à palavra. (Sader, 2007, p. 7)

Do ponto de vista da promoção de direitos, as políticas de cotas são uma das mais importantes políticas afirmativas públicas. Para além da reserva de vagas, as políticas de cotas estimulam o debate sobre as desigualdades raciais e propõem mudanças culturais significativas, sobretudo no comportamento preconceituoso e discriminatório herdado do projeto colonizador euro-estadunidense norteador da formação do projeto da nação brasileira muito presente no espaço universitário. Além dos pontos levantados, a política de cotas abre espaço para discutir sobre as raízes da tradição econômica excludente e dos processos de assimetrias produzidos entre os grupos raciais que compõem a nossa população. Por fim, aponta para uma concepção de diversidade cultural ao questionar as hierarquias historicamente produzidas e cristalizadas pelo poder dominante.

Trata-se pois, de uma política redistributiva⁴⁴, não somente de bens materiais e simbólicos, mas, sobretudo pelo seu potencial estratégico de democratização e questionamento do poder político e econômico controlado pela elite “branca” em nosso país. Pode parecer paradoxal, mas as primeiras experiências de implantação de políticas de ação afirmativa de combate à discriminação racial no Brasil, ocorreram em uma conjuntura marcada pela crise neoliberal.

Se o neoliberalismo é uma máquina cruel de cassação de direitos, as políticas públicas se caracterizam pela afirmação de direitos. O funil social assentado sobre a estrutura da educação, reflete um caráter profundo seletivo, que através das escolas privadas, preparam estudantes originários da classe média alta e da burguesia, para concorrerem e ascenderem em superioridade de condições às melhores universidades- às públicas. (Sader, 2007, p. 8)

Embora os efeitos do neoliberalismo apresente características comuns no planeta, como a erosão dos sistemas de proteção social, a redução da intervenção do Estado substituída pela lógica do mercado, o esvaziamento da política pela lógica do consumo, os países do bloco não desenvolvido enfrentam um desafio

⁴⁴ Políticas distributivas são aquelas desenvolvidas sob a forma de prestação de benefícios e serviços sociais públicos, total ou parcialmente custeado pelo Estado, independentemente de prévias contribuições, inserção no mercado de trabalho ou, em alguns casos, da renda dos beneficiários.

adicional. Para Bogus, Yazbeke e Belfiore- Wanderley (2000) a questão social hoje coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Para as autoras os países devem promover as mudanças e administrar os impactos da mundialização⁴⁵, com ética e responsabilidade. Enfatizam ainda a imensa dificuldade de inserção satisfatória dos países pobres dada pela exclusão de grandes setores da população de maneira estrutural e como um componente histórico (Bogus, Yazbeke e Belfiore- Wanderley, 2000, p. 8). A realidade brasileira e as profundas desigualdades raciais que a integram têm exigido dos agentes sociais, nas várias esferas institucionais uma interpretação da questão social que incorpore outros elementos em sua análise para além das determinações econômicas. A esse respeito, o conceito de questão social formulado por Luiz Eduardo V. Wanderley (2000), nos fornece um novo olhar sobre a questão social ao adensar outras dimensões como a questão indígena, negra, de gênero, agrária dentre outras. Diz o autor que para além da noção clássica do conceito, uma noção ampliada “exige uma revisitação crítica da ação dos sujeitos e dos processos histórico- estruturais que instituíram as sociedades de nosso continente” (Wanderley, 2000, p. 50). O autor introduz em seu método analítico sobre a questão social na América Latina a releitura da história problematizando outras dimensões que, segundo o ele, vão além das contidas no conceito corrente de questão social, nos marcos do capitalismo.

Ao meu ver a proposta teórico- metodológica construída pelo autor para a conceituação e análise da questão social, da qual também compartilhamos, é- nos uma ferramenta útil para compreensão da questão racial no Brasil e para a análise do racismo e suas conseqüências nocivas na população negra e na sociedade em geral.

⁴⁵ O conceito de mundialização é analisado , segundo várias perspectivas nas ciências sociais. Neste artigo adotaremos a análise proposta por Wanderley (2000), para o qual mundialização é “... *um processo gradativo de relações, contatos fluxos que se estabeleceram entre os povos os mais variados, ocupando regiões dispersas pelo mundo, nos campos econômico, político, cultural e religioso. Desde sempre este processo foi tenso, repleto de tensões e conflitos. Pois geralmente tratava-se da imposição de uma civilização ou cultura à outra, com momentos, recorrentemente limitadíssimos, de aproximação e respeito às culturas diferentes(...). Certamente sem esquecer as condicionantes de tempo e espaço, de conhecimento e tecnologia, que os atores em cada conjuntura histórica propiciaram...*” Segue o autor: “ *utilizo **mundialização** numa concepção que compreende esse movimento histórico multissecular (...). E dentro desse movimento(...) os movimentos de internacionalização e globalização, os quais abarcam tempos e espaços específicos, com inflexões substanciais que identificam panorama históricos bem diferenciados*” (Wanderley, 2000, p. 213).

O Estado brasileiro, ao contrário do que possa parecer, nunca foi neutro ou indiferente à questão racial. Em um estudo cuidadoso realizado por Vainer (1990), citado anteriormente, aponta que ao lado do mito da democracia racial, um outro mito, tão cuidadosamente elaborado poderia ser enunciado da seguinte maneira “as classes dominantes, as elites, o Estado brasileiro têm desempenhado um papel relativamente neutro diante da questão racial” (Vainer, 1990, p.103). Essa premissa parte de dois argumentos imperiosos: o primeiro é de que ainda que se reconheça a presença do preconceito e da discriminação raciais, tende-se a percebê-las deslocadas da esfera da dominação e opressão de classe. Herança de quase quatro séculos de escravidão ou concebida como resultados “natural” de conflitos de uma sociedade plurirracial como a brasileira, a questão racial teria, pois, uma caráter residual, segundo o autor. Mas Vainer (1990) salienta que, a mais significativa consequência desta construção argumentativa é a sua capacidade de a situar a questão racial fora da esfera política, ou seja, fora do Estado.

Portanto, consideramos as políticas de afirmativa no Brasil uma conquista social e uma das medidas importantes de combate ao racismo e suas mazelas, sobretudo em uma sociedade com recente experiência democrática como é o caso dos países da América latina. Evidentemente a política de cotas não esgota os desafios para enfrentamento das iniquidades raciais no Brasil, especialmente no que diz respeito à população negra devido a natureza estrutural do racismo.

A questão social e sua capilaridade planetária apresenta características comuns na ordem capitalista, mas adquire particularidades no espaço e no tempo. Segundo Wanderley (2000) a questão social na América Latina se põe “diferentemente da realidade européia, na instituição da nacionalidade na esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo” (Wanderley, 2000, p. 61). E ainda, enfatiza que a questão social convergindo com concepção clássica referenciada na experiência européia, ela assumirá na América latina semelhanças às de lá, sobretudo a partir da efetivação da industrialização e implementação do capitalismo tardio em nosso continente.

Vejamos, então, como o autor formula sua tese:

... a questão social abrange determinados elementos que historicizam a problemática geral, abrangendo outros componentes essenciais que serão aqui

entendidos como partes constituintes de seu significados. Seminalmente ela vai emergir como tema indígena e, logo após, com o tema da formação nacional, ainda que não sejam compreendidas assim pelos nossos olhos de hoje. E vai se desdobrando e se problematizando nas temáticas negra, rural, operária, da mulher (...) Mesmo no caso de sua convergência com a significação européia, por ocasião da implantação do capitalismo industrial no continente, ela porém será fortemente condicionada por essas preposições histórico-estruturais (...) mantendo pois especificidades que necessitam ser explicadas (Wanderley, 2000, p. 62).

Nesse sentido, a questão social vem adquirindo novos contornos na contemporaneidade em decorrência das profundas mudanças na relação capital e trabalho, no (des) assalariamento, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais, tanto por parte daqueles inseridos no processo produtivo, quanto dos excluídos pela origem racial, étnica, pela identidade cultural, sexual, pelas relações de gênero, geração e nacionalidade.

A questão social efetivamente ganha esse estatuto “quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos” (Wanderley, 2000, p. 59).

Indubitavelmente, o racismo, a discriminação e o preconceito são temas quase totalmente superados pelos Movimentos Negros brasileiros. Esses temas fazem parte de nossa experiência histórica⁴⁶, mas para a grande maioria da sociedade brasileira a miscigenação é um valor intrínseco na formação da sociedade brasileira. Contudo, a resistência à opressão racial adquiriu várias feições desde a vinda forçada dos africanos para as Américas na condição de escravos. Desde as lutas organizadas coletivamente, assim como às ações individuais de negação da opressão racial, nos limites da sociedade escravista brasileira, foram estratégias de resistência construídas pelos negros/as neste país.

⁴⁶ O sentimento de pertença por nós explicitado, é resultado de nossa vivência da negritude. Esta é uma construção coletiva (política) e subjetiva de reconhecimento da função genocida racismo e de sua institucionalização, cuja resistência histórica ajudamos a consolidar. Faz parte de um processo de vivido por nós de desconstrução de estereótipos negativos da imagem da mulher negra e de toda tradição civilizatória de matriz africana, os quais são inculcados durante todo o processo de socialização desde o nascimento e, que pode prolongar-se durante toda uma vida. Essa ruptura é dolorosa, mas necessária à reconstrução diária do ser negro/a. É uma batalha como afirma Flausina (2008) “*exaustivamente movida pelos mesmos motivos em torno de um alvo que se renova e insiste demarcar os limites dos nossos destinos*”

4.2

A UERJ: As cotas raciais para negros a presença feminina nos cursos de graduação

A UERJ foi pioneira na implantação da política de reserva de vagas com base no critério racial⁴⁷, com ingresso da primeira turma a partir do vestibular de 2003. Há um consenso entre ativistas do Movimento Negro e de Mulheres Negras, intelectuais, acadêmicos antirracistas sobre a implementação da ação afirmativa na educação superior quando se afirma que as cotas são uma das principais medidas afirmativas para a população negra, pois, proporciona a inclusão de um contingente considerável de negros na universidade.

Em 2010 re alizei um estudo para retratar o Estado da Arte da produção acadêmica sobre ação afirmativa para negros no ensino superior. O objeto da investigação foram os resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado publicados no Banco de Teses da CAPES até 2007. Em que pese a distancia do estudo até a presente data, não houve, a meu ver mudanças significativas que alterassem algumas conclusões obtidas no referido estudo, onde constatei uma

inexpressiva presença da categoria gênero nas pesquisas sobre ações afirmativas para negras/os no ensino superior brasileiro no período de 1999 – 2007. Não obstante esforços do movimento de Mulheres Negras na luta para viabilizar políticas públicas de combate ao racismo, suas experiências pessoais e coletivas não tem sido consideradas relevantes pelas pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos em seus estudos nem tampouco pelos gestores das instituições de ensino superior brasileiras. Essa lacuna me motivou a tomar como objeto de estudo

⁴⁷ A Lei 5346/08 em seus artigos estabelece: Art.1º Fica instituído, por dez anos, o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais, adotado com a finalidade de assegurar seleção e classificação final dos exames vestibulares aos seguintes estudantes, desde que carentes (atualmente o corte de renda estabelecido pela universidade está em R\$960,00 mensais per capta). Art. 2º As cotas de vagas para ingresso nas universidades estaduais serão as seguintes, respectivamente:

I- 20% (vinte por cento) para estudantes negros e indígenas; II- 20% (vinte por cento) para estudantes oriundos da rede pública de ensino; III- 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço;

Art. 3º É dever do Estado do Rio de Janeiro proporcionar a inclusão social dos estudantes carentes destinatários da ação afirmativa objeto desta Lei, promovendo sua manutenção básica e preparando seu ingresso no mercado de trabalho, inclusive mediante as seguintes ações: I- pagamento de bolsa auxílio durante o período do curso universitário; II- reserva proporcional de vagas em estágios da administração direta ou indireta estadual; III- instituição de programas específicos de crédito pessoal para instalação de estabelecimentos profissionais ou empresariais de pequeno porte e núcleos de prestação de serviços.

as mulheres negras que ingressaram na UERJ através do sistema de cotas raciais a partir de 2003(Almeida, p. 2008).

A presença da mulher negras no ensino superior brasileiro foi tratada em importantes pesquisas, Chaves (2010), Pinto (2006, 2007). Sem embargo, estas e outras pesquisas em que pese sua relevância para os estudos de gênero ainda não ocupam, no âmbito das ciências sociais e humanas, o prestígio que o tema necessita. Não é nosso objetivo, nesse momento as razões da invisibilidade. . Nesse sentido, diante deste quadro, de forma sintetizada, alguns dados sobre a mulher cotista na UERJ.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro oferece 32 cursos de graduação, que se desdobram em diferentes habilitações, licenciaturas e bacharelados. Os cursos são oferecidos por 30 unidades acadêmicas, em quatro centros setoriais, a saber: Centro de Ciências Sociais (CCS), Centro Biomédico (CBI), Centro de Educação e Humanidades (CEH) e Centro de Tecnologia e Ciências (CTC), abrangendo as cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Resende e São Gonçalo. O perfil abaixo apresentado foi realizado com base nos dados oferecidos pelo PROINICIAR a partir do banco de dados do Sistema Acadêmico da Graduação (SAG) na forma de relatório.

4.3

Total de acesso, vinculados, concluintes e evadidos

Conforme tabela abaixo a UERJ garantiu o acesso através do vestibular de 41921 alunos e alunas, desde 2003 até abril de 2011, para os 32 cursos de graduação. Observa-se que as mulheres são maioria em quase todos os tipos de vaga, com exceção das vagas destinadas a deficientes, indígenas e militares. No que se refere ao comparativo entre os dados de alunas concluintes e evadidas segundo as diferentes modalidade de vaga verificou-se que entre as alunas cotistas em todas as modalidades de cota o número de alunas concluintes é superior ao número de evadidas, respectivamente: cotistas raciais (1178/521); cotistas de

escola pública (1245/612) e Deficientes, indígenas e militares (17/16). Ocorrendo uma inversão quando se trata das alunas não cotistas (2616/3637).

Tabela 7 - Total de alunos ingressantes por vestibular a partir de 2003 a abril de 2011

	Não Cotistas		Negros		Rede Pública		Deficientes ou Indígenas		Total
	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	
Vinculados	7453	7523	1501	1887	2029	2636	86	82	23197
Concluintes	1533	2616	540	1178	616	1245	16	17	7761
Evasão	4753	3637	685	521	711	612	28	16	10963
TOTAL	13739	13776	2726	3586	3356	4493	130	115	41921

Fonte: SAG/UERJ – 27/04/2011. Sintetizado pela autora.

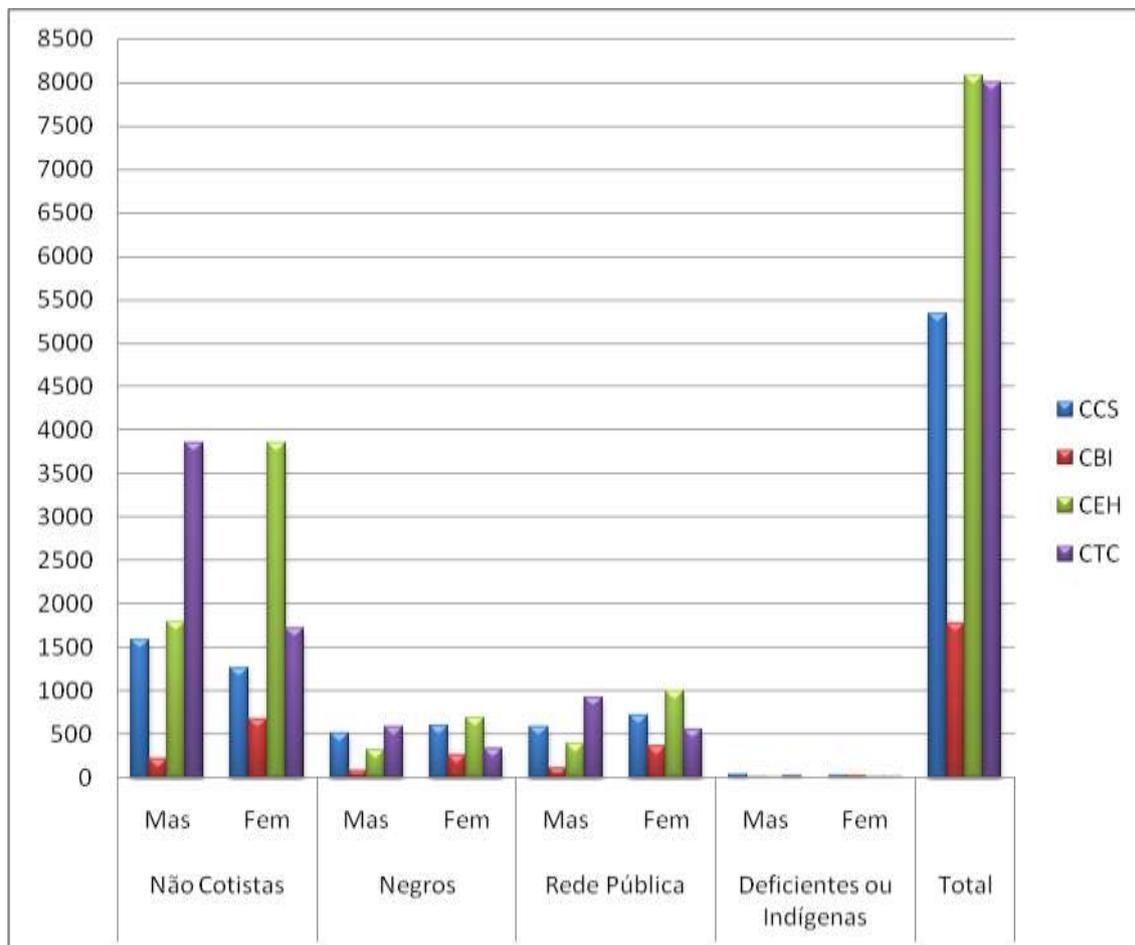
Os dados, referentes aos alunos ingressantes por vestibular a partir de 2003 e que permanecem matriculados até abril de 2011, isto é, a matrícula não esteja eliminada, distribuída por sexo e por tipo de vaga, revelam que o maior quantitativo de mulheres negras cotistas raciais está presente nos cursos oferecidos pelo CEH em relação aos cursos dos demais centros setoriais da UERJ, conforme expressa a tabela e gráfico abaixo:

Tabela 8- Quantitativo de alunos ingressantes por vestibular a partir de 2003 e que continuem vinculados, isto é, a matrícula não esteja eliminada, distribuídos por sexo e tipo de vaga ocupada

CENTRO	Não Cotistas		Negros		Rede Pública		Deficientes ou Indígenas		Total
	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	
CCS	1586	1269	514	595	589	712	40	30	5335
CBI	220	681	92	268	118	365	11	25	1780
CEH	1788	3856	316	693	394	998	15	16	8076
CTC	3859	1717	579	331	928	561	20	11	8006
TOTAL	7453	7523	1501	1887	2029	2636	86	82	23197

Fonte: SAG/UERJ – 27/04/2011. Sintetizado pela autora.

Gráfico 6- Quantitativo de alunos ingressantes por vestibular a partir de 2003 e que continuam vinculados, isto é, a matrícula não esteja eliminada, distribuídos por sexo e tipo de vaga ocupada



Fonte: SAG/UERJ – 27/04/2011. Elaborado pela autora

Embora a presença das mulheres negras cotistas do CEH expressar maior relevância do que nos demais centros setoriais, elas equivalem a 8,4% do total das vagas dos alunos/as que continuam vinculados em relação a 49,1% das mulheres não cotistas, reafirmando as clivagens no interior do mesmo gênero provocada pela condição racial. Os cursos mais procurados pelos alunos e alunas ingressantes no CEH ainda vinculados são: pedagogia (Campus Maracanã), 1546 discentes; Geografia (FFP), 675 e; Pedagogia (FEBEF) inclusive as séries iniciais do curso somados computam, 668. Nestes a presença da mulher negra cotista representa 7,1%, 4,3% e 14,6% respectivamente. Enquanto a mulher não cotista nestes cursos representam 65,5%; 29,6% e 141,2%, chegando a quase 10 vezes mais. Um fato bastante interessante constatado nos dados ora analisados é que a diferença intra- gênero nos tipos de vagas oferecidas se altera quando

comparamos a presença da mulher negra em cursos de prestígio do CEH, com destaque para o curso de comunicação social e psicologia. Nestes casos a diferença de percentual entre os tipos de vagas ocupadas de alunos que continuam vinculados diminui entre o sexo feminino dos tipos diferentes de vaga. Ou seja no curso de comunicação social a presença da mulher não cotista é de 27,0% enquanto da mulher negra cotista é de 13,9% e no curso de psicologia a proporção é de 29,3% para as não cotistas e de 21,6% para as alunas negras cotistas conforme tabelas abaixo. Presume-se nestes casos que as mulheres negras tem buscado ampliar seus horizontes inserir-se em um universo profissional de maior prestígio as quais poderão trazer um retorno financeiro mais significativo pessoal e para suas família. Veja as tabelas abaixo:

Tabela 9- Percentual de alunos ingressantes por vestibular a partir de 2003 e que continuem vinculados, isto é, a matrícula não esteja eliminada, distribuídos por sexo e tipo de vaga ocupada no Centro de Estudos das Humanidades

	Não Cotistas			Negros			Rede Pública			Deficientes ou Indígenas			Total
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	
Artes	10,0%	40,0%	50,0%	10,0%	16,0%	26,0%	10,0%	12,0%	22,0%	0,0%	2,0%	2,0%	50
Artes Visuais	19,7%	49,4%	69,0%	2,9%	8,1%	11,0%	5,8%	14,2%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	310
História da Arte	12,9%	61,2%	74,1%	4,3%	6,9%	11,2%	1,7%	12,9%	14,7%	0,0%	0,0%	0,0%	116
Pedagogia	12,4%	65,5%	77,9%	1,2%	7,1%	8,3%	2,3%	11,3%	13,6%	0,1%	0,1%	0,2%	154
Comunicação Social	17,0%	27,0%	44,1%	10,9%	13,9%	24,8%	10,5%	18,6%	29,1%	0,9%	1,1%	2,0%	6
Geografia-FEBF	36,2%	31,1%	67,2%	9,0%	10,2%	19,2%	5,1%	8,5%	13,6%	0,0%	0,0%	0,0%	440
Matemática-FEBF	47,1%	37,8%	84,9%	5,0%	4,2%	9,2%	1,7%	4,2%	5,9%	0,0%	0,0%	0,0%	177
Pedagogia-FEBF	12,9%	68,5%	81,4%	2,0%	7,5%	9,4%	1,2%	7,8%	9,0%	0,0%	0,2%	0,2%	119
Ciências	17,4%	53,3%	70,7%	1,6%	6,6%	8,2%	5,9%	15,1%	21,1%	0,0%	0,0%	0,0%	657
Biológicas- FFP	41,6%	29,6%	71,3%	7,3%	4,3%	11,6%	8,4%	8,4%	16,9%	0,3%	0,0%	0,3%	304
Geografia- FFP	30,2%	31,7%	61,9%	8,7%	8,2%	16,9%	7,9%	12,7%	20,6%	0,5%	0,0%	0,5%	675
História-FFP	20,8%	63,7%	84,6%	0,6%	3,3%	3,9%	3,3%	8,2%	11,5%	0,0%	0,0%	0,0%	378
Letras Port/Inglês – FFP	14,2%	62,8%	77,0%	2,2%	6,3%	8,5%	0,9%	12,9%	13,9%	0,3%	0,3%	0,6%	331
Letras Port/Literatura- FFP	54,9%	32,3%	87,2%	2,2%	1,8%	4,0%	5,8%	3,1%	8,8%	0,0%	0,0%	0,0%	317
Matemática- FFP	47,2%	30,0%	77,2%	3,5%	5,5%	9,0%	5,5%	8,1%	13,6%	0,0%	0,2%	0,2%	226
Educação Física	17,5%	47,8%	65,3%	2,5%	9,6%	12,1%	6,4%	15,9%	22,3%	0,0%	0,3%	0,3%	434
Letras - Inglês	32,1%	50,0%	82,1%	0,0%	4,8%	4,8%	4,8%	8,3%	13,1%	0,0%	0,0%	0,0%	314
Letras Port/Alemão													84

Letras Port/Espanhol	8,7%	44,2%	52,9%	5,8%	17,5%	23,3%	3,4%	19,4%	22,8%	0,5%	0,5%	1,0%	206
Letras Port/Francês	19,6%	53,8%	73,4%	1,9%	10,1%	12,0%	3,8%	10,8%	14,6%	0,0%	0,0%	0,0%	158
Letras Port/Grego	30,2%	34,9%	65,1%	14,0%	9,3%	23,3%	4,7%	7,0%	11,6%	0,0%	0,0%	0,0%	43
Letras Port/Italiano	19,3%	56,3%	75,5%	1,6%	5,7%	7,3%	2,6%	14,1%	16,7%	0,5%	0,0%	0,5%	192
Letras Port/Japonês	32,8%	44,8%	77,6%	3,0%	6,0%	9,0%	9,0%	4,5%	13,4%	0,0%	0,0%	0,0%	67
Letras Port/Latim	31,9%	41,5%	73,4%	3,2%	4,3%	7,4%	8,5%	10,6%	19,1%	0,0%	0,0%	0,0%	94
Letras Port/Literatura	12,9%	39,1%	52,0%	5,6%	14,9%	20,5%	7,6%	19,9%	27,5%	0,0%	0,0%	0,0%	302
Psicologia	13,4%	29,3%	42,7%	4,9%	21,6%	27,1%	5,8%	23,9%	29,7%	0,4%	0,7%	1,1%	536
TOTAL	21,6%	49,1%	70,7%	3,9%	8,4%	12,1%	4,7%	12,2%	16,8%	0,2%	0,2%	0,4%	6

Fonte: Sistema Acadêmico de Graduação (SAG) acessado em 27/04/2011.

Sinte

Os dados sinalizam que a presença de menor expressão da mulher negra cotista na UERJ ainda vinculada é registrada no CBI, ocupando 15,1% do total de vagas e no CTC 7,7% destas. No CBI, as mulheres negras cotistas tem sua menor presença no curso de odontologia, perfazendo 15,1%, ao passo que as mulheres não cotistas expressam 38,3% no mesmo curso. Averiguando a maior participação da mulher negras cotista no âmbito do CBI, contata-se que o curso de ciências biológicas abriga o maior numero de alunas negras cotistas, ou seja 70 alunas e em seguida a medicina 65 (19,0% e 11,6%, respectivamente), Nestas mesmas carreiras constata-se a presença femina não cotista de 99 discentes e de 178 na medicina, ou seja, 26,9% e 31,8%, nesta ordem. Vide tabela abaixo:

Tabela 10- Quantitativo de alunos ingressantes por vestibular a partir de 2003 e que continuem vinculados, isto é, a matrícula não esteja eliminada, distribuídos por sexo e tipo de vaga ocupada no Centro Biomédico

Curso	Não Cotistas			Negros			Rede Pública			Deficientes ou Indígenas			Total
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	
Enfermagem	20	142	162	3	51	54	12	75	87	0	2	2	305
Medicina	114	178	292	52	65	117	51	69	120	10	20	30	559
Ciências Biológicas	54	99	153	20	70	90	34	89	123	0	2	2	368
Nutrição	11	171	182	3	49	52	6	90	96	0	0	0	330
Odontologia	21	91	112	14	33	47	15	42	57	1	1	2	218
TOTAL	220	681	901	92	268	360	118	365	483	11	25	36	1780

Fonte: Sistema Acadêmico de Graduação (SAG) acessado em 27/04/2011.

Sintetizado pela autora.

Tabela 11- Percentual de alunos ingressantes por vestibular a partir de 2003 e que continuem vinculados, isto é, a matrícula não esteja eliminada, distribuídos por sexo e tipo de vaga ocupada no Centro Biomédico

Curso	Não Cotistas			Negros			Rede Pública			Deficientes ou Indígenas			Total
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	
Enfermagem	6,6%	46,6%	53,1%	1,0%	16,7%	17,7%	3,9%	24,6%	28,5%	0,0%	0,7%	0,7%	305
Medicina	20,4%	31,8%	52,2%	9,3%	11,6%	20,9%	9,1%	12,3%	21,5%	1,8%	3,6%	5,4%	559
Ciências Biológicas	14,7%	26,9%	41,6%	5,4%	19,0%	24,5%	9,2%	24,2%	33,4%	0,0%	0,5%	0,5%	368
Nutrição	3,3%	51,8%	55,2%	0,9%	14,8%	15,8%	1,8%	27,3%	29,1%	0,0%	0,0%	0,0%	330
Odontologia	9,6%	41,7%	51,4%	6,4%	15,1%	21,6%	6,9%	19,3%	26,1%	0,5%	0,5%	0,9%	218
TOTAL	12,4%	38,3%	50,6%	5,2%	15,1%	20,2%	6,6%	20,5%	27,1%	0,6%	1,4%	2,0%	1780

Fonte: Sistema Acadêmico de Graduação (SAG) acessado em 27/04/2011.
 Sintetizado pela autora.

Quanto inserção das mulheres negras cotistas que ainda continuam vinculadas, no CTC não há cotistas negras nos cursos de Geografia(IGEO), assim como no curso de Ciências da Computação. Este, fato é extensivo às mulheres não cotistas. Este cenário ratifica que alguns campos profissionais são, historicamente, ocupados pelos homens em função dos papéis sociais de gênero presentes na cultura de algumas carreiras profissionais.